TL295-33

II Jornadas de Timor da UP

TEMA IV - ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR
A PAZ E A AUTODETERMINAÇÃO
A Paz é possível em Timor-Leste

A IGREJA FRENTE A TIMOR-LESTE

" A Igreja nada tem a recear da integração de Timor-Leste na Indonésia", era a promessa dos bispos indonésios e do Núncio Apostólico em Jacarta ao bispo português de Dili, em 1975, ainda antes da invasão militar indonésia. Com esta afirmação, tanto a Santa Sé como os bispos indonésios pretendiam fazer entender à Igreja de Timor-Leste que, apesar da maioria islâmica existente na Indonésia, o regime não hostilizava as confissões cristãs.

Para o Vaticano e a Indonésia, como em certos sectores da Igreja timorense, a liderança política da Fretilin, e a sua ideologia de natureza marxista, podiam aparecer tão ou mais ameaçadoras do que o eventual perigo muçulmano. Esperava-se, assim, demover a diocese de Dili de tentar qualquer oposição ao que parecia, segundo as leis do mais forte, ser uma fatalidade.

Igreja partilha sofrimentos e aspirações...

A Igreja timorense não teve oportunidade de formalizar a sua escolha pois a Indonésia não lhe deixou tempo para o fazer: invadiu o território com todo o seu aparato e violência. A destruição e pilhagem que se seguiram não pouparam mais as igrejas, seminário ou casas religiosas, do que o resto do território. Alguns padres acompanharam as populações na sua fuga para o mato, não para se juntarem à resistência armada,

ou porque fossem da Fretilin, mas simplesmente para, com o povo, fugirem aos invasores. Outros ficaram nas vilas e aldeias ocupadas. Mas todos viveram os horrores de uma ocupação militar estrangeira, cuja brutalidade exterminou um terço da população de Timor-Leste. E todos - ou quase todos - os membros deste clero fortificaram no sofrimento a sua ligação ao povo timorense, partilhando a sua rejeição do invasor e as suas aspirações à libertação.

...e torna-se refúgio da identidade timorense

Os timorenses encontraram na Igreja um dos raros refúgios para a sua identidade e responderam com a adesão massiva: os católicos que, depois de cinco séculos de colonização portuguesa constituíam 30% da população timorense, eram já 80% após alguns anos de dominação indonésia. Afirmar-se cristão é também uma forma de se afirmar diferente do ocupante sociologicamente islâmico.

Nomeado Administrador Apostólico da diocese de Dili em 1977, depois da saída do bispo português de Dili, Monsenhor da Costa Lopes assume posições, que se tornam cada vez mais claras, na defesa do seu povo e na denúncia do genocídio praticado pela Indonésia. As suas palavras desagradam e em Maio de 1983, apesar dos protestos do clero e da população em geral, é convidado pelo Vaticano a apresentar a sua demissão.

Mons. Lopes demitido e substituído por Ximenes Belo

Para o substituir, é nomeado um jovem sacerdote salesiano, Carlos Ximenes Belo, que regressara recentemente a Timor depois de concluída a sua formação na Europa, onde passou os anos da invasão e seguintes. A sua personalidade e as circunstâncias em que acede à chefia da diocese provocam uma forte reacção e mesmo o boicote, por parte do clero local, à cerimónia de investidura no cargo. Receava-se que a sua nomeação tivesse em vista facilitar a integração. Menos

firme do que o seu antecessor, Monsenhor Belo não pode porém alhear-se do sofrimento que o rodeava e assumiu também a defesa dos direitos do seu povo, denunciando, em 1983 e 84, a clamorosa situação de Timor-Leste: "**Vivemos debaixo da opressão. Timor-Leste é como uma prisão**(1). **A Indonésia volta a colonizar Timor e os timorenses vão tornar-se na sua própria terra cidadãos de segunda classe. A solução para este conflito passa pelo respeito do direito de um povo à autodeterminação...**"(2).

Em Janeiro de 1985, o Conselho Presbiteral da Diocese de Dili, de que Monsenhor Belo faz parte, escreve um documento de grande firmeza onde analisa a situação do território e do povo. Inicialmente destinado às autoridades indonésias, que tinham manifestado o desejo de se encontrarem com o clero, o documento foi enviado para o Vaticano depois de cancelado o encontro. Quando o documento foi tornado público pelo jornal **Washington Post**, o Núncio Apostólico em Jacarta exige um desmentido e Monsenhor Belo enviou um telegrama dizendo que não tinha "escrito" o texto.

Proposta de rendição: Mons. Belo cumpre instruções

Pouco depois o Administrador Apostólico de Dili parte para o Vaticano. Quando regressa, os padres e os cristãos em geral notam que algo mudou nas suas atitudes.

Durante mais de três anos não se conhecem declarações de Monsenhor Ximenes Belo contra as violações dos direitos humanos que continuam a ocorrer, excepção feita a uma nota de protesto quando, em 1986, um missionário salesiano é agredido por militares indonésios.

---

(1) 'The Age', Austrália, 16/7/84.

(2) France Presse, Jacarta, Julho 1984.

Em Abril de 1986, a pedido do Vaticano, Monsenhor Belo encontra-se secretamente com Xanana Gusmão, o líder da resistência armada, a quem transmite uma proposta de rendição oferecendo, em troca, garantias de salvaguarda da vida dos guerrilheiros e a possibilidade de exílio para aqueles que o desejassem. Sacerdotes que acompanhavam Monsenhor Belo afirmam que ele apresentou a proposta, tal como o Vaticano lhe exigia, embora sem a apoiar. Uma subtileza difícil de entender e que acentua a desconfiança da diocese em relação ao seu pastor.

Em Julho de 1988, Monsenhor Belo é nomeado bispo titular, mas continua como Administrador Apostólico da diocese. Poucos meses depois, em Novembro, recebe o Presidente da Indonésia, Suharto, que vem inaugurar a nova catedral de Dili, construída com as ofertas do Governo e das Forças Armadas indonésias, e que os timorenses nunca viram com bons olhos, apelidando-a de "Catedral das rupias".

Denúncias e apelos

A visita do Presidente Suharto foi antecedida, e seguida, por uma vaga de prisões e torturas, estimada em cerca de 3.000 casos(3) . D. Ximenes Belo, que acabava de receber o general Presidente, denuncia **"a tortura que se tornou normal em Timor"**(4). Não tardou que a própria casa do bispo fosse colocada sob vigilância de militares armados, e os seus visitantes controlados.

Liberto do seu tão longo silêncio, Monsenhor Belo escreve em Fevereiro de 1989 ao Secretário Geral das Nações Unidas, pedindo um referendo para o povo de Timor porque **"até agora o povo ainda não foi consultado; são os outros que falam em**

---

(3) Estimativa da B.B.C.

(4) Nota Pastoral, 5/12/88.

seu nome"(5). No mesmo sentido, escreve ao Presidente da República Mário Soares e ao bispo de Setúbal D. Manuel Martins. Dias depois dirige uma longa carta ao Núncio em Jacarta para justificar a sua posição. **"Todos os anos assistimos aos mesmos abusos. Já falámos com as autoridades, mas o resultado é sempre o mesmo. É o povo que sofre. Por isso, é urgente a realização de um referendo para perguntar ao povo de Timor se aceita a integração"**(6). Receando as críticas sobre uma alegada posição política, D. Ximenes Belo apressa-se a explicar num comentário ao texto: **"A carta constitui a tomada de posição do chefe da Igreja católica em Timor-Leste perante o conflito ou problema de Timor. (...) A carta não quer falar em nome do povo. Apenas sugere que se dê ao povo de Timor a oportunidade de exercer a soberania, através do referendo, por voto secreto, livre e universal"**(7).

Logo que é conhecida a carta ao Secretário Geral da ONU, aumentam as pressões sobre o bispo de Dili. Ministros e chefes militares indonésios criticam o bispo, chegando mesmo a ameaçar. Monsenhor Canalini, Núncio Apostólico em Jacarta, apoia-os indirectamente dizendo que **"Monsenhor Belo escreve esta carta em seu nome pessoal, como cidadão timorense. É da sua responsabilidade e não envolve a Igreja católica"**. A imprensa indonésia aproveita para afirmar que **"o Núncio Apostólico deixou claro que embora Ximenes Belo seja o chefe da diocese de Timor-Leste, a sua carta às Nações Unidas não reflecte as aspirações da Igreja católica nem da população de Timor-Leste sobre o assunto"**(8).

---

(5) Carta ao Secretário Geral da ONU, 6/2/89.

(6) Carta ao Núncio em Jacarta, 16/2/89.

(7) Comentário à carta ao S.G. da ONU, 15/3/89.

(8) 'Jakarta Post', 14/6/89.

Monsenhor Belo confessou-se aliás, recentemente, desgostoso por não ter obtido resposta à carta ao Secretário Geral e ao Presidente da República, considerando que esse silêncio se deve "**aos jogos de interesses impostos pela política internacional**"(9). Apesar das críticas, Monsenhor Belo reafirma a sua posição e revela numa carta ao bispo de Setúbal as pressões a que está sujeito: "**Por cá as críticas dos ministros do Governo indonésio têm sido azedas e humilhantes. Os "deputados" timorenses foram obrigados, debaixo de pistola, a fazerem e assinarem uma declaração na qual afirmam que aceitam a integração e que, portanto, o processo de descolonização já foi feito**"(10).

Os padres da diocese, por seu lado, manifestam repúdio pelas afirmações do Núncio: "**o clero de Dili rejeita opiniões e sugestões tendenciosas manifestadas por certas personalidades eclesiásticas**", escrevem os padres ao mesmo tempo que apoiam Monsenhor Belo: "**o bispo é, para todos os efeitos, teológica, jurídica e eclesialmente, o representante da Igreja local quando fala como tal, e na linha da Igreja e do sentir do clero e do povo**"(11).

"Se estivesse em Roma talvez pensasse como eles"

A visita do Papa a Timor-Leste, em Outubro de 89, tal como foi organizada, e a homilia centrada na reconciliação, sem nunca falar dos direitos do povo, enquanto tais, resulta numa outra forma de pressão sobre o bispo de Dili. Mas Ximenes Belo resiste e declara a um jornalista, depois da visita: "**Não temos o mesmo ponto de vista. Eles acham que eu**

---

(9) 'Expresso', 10/2/90.

(10) Carta a D. Manuel Martins, 27/6/89.

(11) "Manifestação de apoio ao Administrador Apostólico de Dili", carta do Presbitério da Diocese de Dili, Julho/89.

faço política. Se estivesse em Roma talvez pensasse como eles. Mas vivo aqui, vejo os sofrimentos das pessoas e partilho-os. Era meu dever de pastor escrever essa carta"(12). Pede também a intervenção de João Paulo II em favor dos jovens que se manifestaram diante do Papa, pois **"limitaram-se a manifestar o seu descontentamento sobre a situação em Timor".**

A violenta repressão, as prisões e torturas para implicar a Igreja nesta manifestação, a entrada de dezenas de refugiados na residência episcopal, a intervenção das forças militares, são outros tantos factos que geram uma tensão crescente. Nesta altura, jornalistas que tentaram falar com Monsenhor Belo encontraram, várias vezes, do outro lado do fio um salesiano espanhol, o Padre Carbonell, vivendo habitualmente em Jacarta e responsável pelas relações entre a ordem dos salesianos e o Governo indonésio. Algumas semanas após a visita do Papa, D. Ximenes Belo viaja várias vezes para a Indonésia, onde tem encontros com o Presidente da Conferência Episcopal indonésia e o Padre Wanandi, jesuita indonésio, director do ensino secundário católico em Timor-Leste, e irmão de Yusuf Wanandi, director do Centro de Estudos Estratégicos de Jacarta, organismo que controla todas as entradas em Timor-Leste e, desta forma, responsável pelo bloqueio à entrada de missionários estrangeiros.

Osservatore Romano divulga Carta Pastoral

Entretanto, antes do Natal, surge uma Carta Pastoral, que surpreende pelo seu conteúdo, bem diferente das últimas intervenções de Monsenhor Belo: **"O amor de Deus chama-nos a eliminar toda a espécie de diferenças entre nós. Este mistério do Natal convida-nos a perdoar-nos uns aos outros e a esquecer o nosso amargo passado, a abandonar os desejos**

(12) 'Ouest France', 13/10/89.

irrealistas". E mais acrescenta: "É necessário ter a coragem de fazer cessar toda a espécie de iniciativa e actividade que possa perturbar a situação; que cada um encontre a coragem de evitar todas as coisas que possam gerar confusão, como as manifestações, instigação da juventude, distribuição clandestina de panfletos".

Se o conteúdo desta carta de 14 de Dezembro levanta questões, a sua forma e a maneira como foi divulgada trazem elementos de resposta. O original da carta foi escrito em bahasa (indonésio), quando Monsenhor Belo sempre escreveu as suas cartas pastorais em português. Recorde-se que um dos problemas levantados na preparação da visita do Papa foi a utilização da língua indonésia na liturgia e na homilia, que o Núncio Apostólico pretendia impôr e que o clero timorense não aceitava. E o Papa não viria a empregar a língua indonésia em Timor-Leste. Nestes termos é, no mínimo, de estranhar que Monsenhor Belo se dirija aos seus paroquianos em indonésio. Sabendo que, salvo raras excepções, o clero se recusaria a ler esta carta diante das assembleias cristãs, na língua do ocupante, e que, não aprovando o seu conteúdo, teria mais um motivo para não a traduzir, porque haveria o bispo de Dili de escrever a carta em indonésio?

Por outro lado, esta carta foi conhecida no exterior não pelos canais timorenses habituais, mas por ter sido divulgada no Osservatore Romano, em 20 de Janeiro de 90, e pelo uso que dela fizeram os diplomatas indonésios na Comissão dos Direitos Humanos, em Genebra, em Fevereiro passado. Uma fonte próxima do bispo, em Dili, afirma que o autor da carta pastoral é um padre indonésio que vive em Dili, Monsenhor Belo limitou-se a assiná-la. Este procedimento não seria de estranhar se não estivesse em causa um problema de identidade nacional, se o padre em questão fosse próximo do bispo, e se o conteúdo da carta traduzisse o seu pensamento. Não sendo assim, resta perguntar quem terá encomendado a carta que o bispo de Dili não pôde deixar de assinar. Certamente que o Núncio em

Jacarta saberá dizer, por seu lado, porque foi este documento tão prontamente publicado no Osservatore Romano, quando nunca o foram as suas cartas sobre prisões e tortura, de Novembro de 88, ou mesmo sobre a visita do Papa, em Abril de 89, nem bem entendido, as suas cartas sobre o referendo.

Igrejas defendem direitos dos timorenses...

Mas a Igreja, na sua dimensão universal, não tem ficado insensível ou silenciosa diante do problema e dos sofrimentos do povo de Timor-Leste. Há dez anos que movimentos cristãos como Pax Christi Internacional e Pax Romana denunciam nas Nações Unidas, na Comissão dos Direitos Humanos, em Genebra, as violações cometidas contra o povo timorense.

As Igrejas da Austrália, católicas e protestantes, foram das primeiras a manifestar-se publicamente pelos direitos do povo timorense. Comissões Justiça e Paz de vários países, Movimentos de Acção Católica, organizações de juventude, interpelaram as suas Igrejas que algumas vezes se têm dirigido às suas congéneres indonésias. Em 1983, pela primeira vez, os bispos indonésios enviam uma carta de apoio a Monsenhor Belo, ao clero e religiosos de Timor-Leste. Admite-se, no entanto, que a iniciativa pretendesse apenas responder às exigências de outras Igrejas.

Em Portugal, o Conselho Permanente do Episcopado português publica, em Março de 1984, uma nota onde sublinha que "**Timor aspira à plena expressão da sua individualidade própria, e impedir-lha traduz-se num genocídio**". Mais tarde, em Junho de 1989, a Conferência Episcopal retomará parte dessa nota, antes da visita de João Paulo II a Timor-Leste. Também o Conselho Português de Igrejas Cristãs tomou, em várias ocasiões, posição contra o genocídio e a favor dos direitos do povo timorense.

Nos vários continentes, diversos bispos manifestam a sua simpatia e apoio à Igreja de Timor, entre eles o cardeal O'Connor, dos Estados Unidos, o cardeal Simonis, da Holanda, o cardeal Sin das Filipinas, bispos do Japão.

D. Manuel Martins, bispo de Setúbal, deslocou-se a Nova Iorque, em 1987, para defender a questão de Timor-Leste no Comité de Descolonização das Nações Unidas. No ano seguinte seria Monsenhor Patelisio Finau, bispo da ilha de Tonga, no Pacífico, e em 1989, um bispo japonês, Monsenhor Aloisius Soma levou ao Secretário Geral da ONU cartas de 118 cardeais e bispos da região Asia/Pacífico apoiando o pedido de referendo feito pelo bispo de Dili.

Na Europa e na Asia organizam-se, há vários anos, Consultas Cristãs sobre Timor-Leste reunindo diversas organizações interessadas em aprofundar o debate sobre o problema e estudar meios para difusão da informação.

Por duas vezes, em 1984 e 1987, o Papa João Paulo II pediu "**consideração pela identidade étnica, religiosa e cultural do povo**" de Timor-Leste(13). Este pedido, feito perante os novos embaixadores indonésios que apresentavam as suas credenciais ao Vaticano, não deixa de ser ambíguo: deve ser entendido como apoio à identidade nacional timorense ou, de certa forma, como o reconhecimento da soberania indonésia sobre Timor?

<u>... mas escondem fraquezas</u>

A ordem religiosa dos Salesianos, da qual Monsenhor Belo é membro, parece também ela preocupada em colocar-se ao lado dos mais fortes. Tendo escolhido Venilale, uma das suas missões em Timor-Leste, para a 'Jornada Missionária

---

(13) 'Osservatore Romano', 8/7/84;
'Diário de Notícias', 14/12/87.

Salesiana 1990', o Serviço das Missões desta congregação, em Roma, distribuiu no mundo inteiro um dossier favorável às teses indonésias. Na apresentação, Timor-Leste é integrado na Indonésia e o regime político indonésio é idealizado a partir de factos como estes: "**os cidadãos são obrigados a escolher uma das cinco religiões oficiais** (p.17); **9 dos 12 Ministros do Governo são cristãos, enquanto os cristãos representam apenas 7,5% da população**"(p.33). O Padre Carbonell, que vive em Jacarta, explica que "**a presença em Jacarta - políticamente - em união com as obras existentes em Timor, dá também a impressão positiva de que não nos limitamos a trabalhar nesta ilha - antiga colónia portuguesa - mas que, de facto, estamos na Indonésia**"(p.30).

Quanto a Timor, nem uma palavra sobre as violações dos direitos humanos ou sobre os 200 mil timorenses vítimas da elogiada integração, a não ser a menção de "**muitos órfãos, uma grande pobreza e gente que precisa de tudo**"(p.7). Sobre a integração da diocese de Dili na Conferência Episcopal da Indonésia, cita-se longamente o Secretário e o Presidente da Conferência, que enumeram os benefícios, mas nem Monsenhor Belo nem a vontade da população que ele invoca para recusá-la. As ameaças e pressões que pesam sobre D. Ximenes Belo, e outros missionários salesianos presentes em Timor, que têm acompanhado e defendido o povo que sofre, não tiveram evidentemente lugar neste panegírico. Não é de estranhar que, neste quadro, enquanto "**o Governo indonésio proibiu ultimamente a entrada de religiosos estrangeiros na capital, abriu uma excepção para os Salesianos porque reconhece a importância do seu trabalho em Timor-Leste**"(p.23).

Os Salesianos em Portugal não aceitaram o ideário contido neste documento, tal como não integram Timor-Leste na Indonésia. Mas se algum descontentamento manifestaram junto dos superiores da Ordem, em Roma, ele terá sido tão discreto que não teve expressão pública e nada alterou.

Ajudar a viver Timor-Leste

Afigura-se difícil para as Igrejas, como para os Governos, conciliar os valores do Evangelho, ou do Direito, dos quais se dizem devedores, com a defesa de outros interesses, sem desmentirem os princípios a que se vincularam.

Se o Estado português tem um papel de primeiro plano, até em virtude da sua incumbência constitucional, na conquista de novos aliados para a defesa dos direitos que assistem o povo timorense, às Igrejas em Portugal cabe também desenvolver uma acção semelhante junto de outras Igrejas. Os esforços feitos até hoje são ainda poucos face à gravidade do problema e nenhuma oportunidade de intervenção deve ser desperdiçada.

O genocídio em Timor-Leste não se resume aos seus 200 mil mortos, nem é um facto passado. Hoje, sob formas mais subtis, continua a pretender-se levar a cabo em Timor o esmagamento de um povo. Uma nova geração de timorenses se levanta, reclamando a liberdade e independência a que tem direito. É preciso ajudar a viver o povo de Timor-Leste.

Lisboa, Abril de 1990

Ana Nunes / A Paz é possível em Timor-Leste